



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Valquíria Teixeira de Santana Souza

**SÃO BRÁS - LAGAMAR , MG, Brasil
2010**

INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

POR: VALQUÍRIA TEIXEIRA DE SANTANA SOUZA

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial –
Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da
Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção
do grau de
Especialista em Educação Especial.

SÃO BRÁS - LAGAMAR, MG, Brasil
2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.

TÍTULO DO ARTIGO: Inclusão na Educação Infantil

AUTORA: Valquíria Teixeira de Santana Souza

ORIENTADOR:
SÃO BRÁS - LAGAMAR , MG, Brasil
2010

A inclusão é uma temática bastante utilizada principalmente no que se refere a educação. Sabendo da necessidade de incluir o educando, a partir do seu ingresso na escola, ou até mesmo antes dele começar a frequentar as classes escolares através da estimulação precoce, este trabalho mostra as práticas de inclusão aplicadas no ensino infantil. O objetivo aqui proposto é identificar e analisar o processo de inclusão na educação infantil, reconhecendo os diferentes tipos de deficiência bem como o atendimento educacional especializado, como fator da promoção da educação de qualidade. É um trabalho essencialmente bibliográfico. É fundamentado principalmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN (1996) e alguns documentos e artigos do Ministério da Educação e Cultura. As leituras feitas permitiram constatar que as práticas inclusivas na educação infantil já vem sendo trabalhadas, mas ainda, há muito que ser feito, sendo o educador e toda sociedade responsável por este processo.

Palavras-chave: inclusão, deficiências; ensino infantil.

XX

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO.....	4
1 EDUCAÇÃO INFANTIL E A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL....	5
1.1 O processo de inclusão no cenário brasileiro.....	6
1.2 Prática do professor na educação infantil e a educação inclusiva.....	8
1.3 Contribuição de alguns teóricos.....	10
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA X ENSINO ESPECIAL.....	13
2.1 Identificando as diferentes necessidades especiais.....	14
2.2 O atendimento educacional especializado.....	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS.....	20

APRESENTAÇÃO

Inicialmente o atendimento de crianças em creches e pré-escolas, era assistencialista, destinado a crianças carentes. O atendimento era realizado através de cuidados voltados para a alimentação e higiene. Com o passar do tempo verificou-se a necessidade do trabalho educacional, ocasionando várias transformações nas instituições de ensino infantil.

Posteriormente a educação infantil foi inserida no sistema regular de ensino como uma modalidade da educação básica, possuindo diretrizes voltadas para o assistencialismo e para o pedagógico.

Atualmente as classes de Educação infantil é comum nos depararmos com crianças que possuem necessidades especiais. As necessidades especiais são classificadas em três grupos: deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Neste trabalho o grupo específico a ser analisado serão os deficientes.

Educandos que possuam alguma deficiência necessitam de acompanhamento diferenciado. As pessoas que estão inseridas neste cotidiano devem saber lidar com as diferentes deficiências sendo elas: intelectual, visual, auditiva, física e múltipla. Estes educandos apresentam comprometimentos no seu desenvolvimento e na capacidade de adaptarem-se as diversas situações da sala de aula.

Sendo a Educação Infantil uma modalidade de educação de grande relevância, e que está merecendo destaque no âmbito da Educação Inclusiva, optou-se por trabalhar com o tema da inclusão vivenciado na Educação Infantil, por acreditar que este é um fator que deve marcar maior atenção por parte de todos educadores.

O problema desta pesquisa promove as seguintes perguntas: Que práticas educacionais dificultam ou auxiliam a inclusão de crianças com deficiência na educação infantil? Como está sendo realizado o processo de inclusão? E a estimulação precoce, como deve ser trabalhada e vivenciada, com o propósito de garantir o desenvolvimento das crianças que possuem deficiência?

Assim o objetivo proposto nesta pesquisa é identificar e analisar o processo de inclusão na educação infantil, reconhecendo os diferentes tipos de deficiência bem como o atendimento educacional especializado, como fator da promoção da educação de qualidade.

CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

A educação Infantil de acordo com a LDBEN (1966) é a primeira modalidade de ensino da Educação básica. Desse modo, merece atenção especial porque é através dela que a criança é inserida na escola. Propor meios para que ela adapte e permaneça na escola é responsabilidade de todas as pessoas envolvidas no processo escolar dentre eles: pais, comunidade, professores, supervisores, gestores e demais funcionários da escola.

Cada vez mais, a escola vem recebendo crianças com deficiências. Estas possuem direitos à educação especializada e a estimulação precoce. Neste sentido é preciso saber lidar com essas diferenças para que se desempenhe o direito legal do aluno com deficiência.

A metodologia utilizada neste trabalho foi essencialmente bibliográfica. Para tanto, foram utilizados materiais impressos como revistas, livros, artigos, obras retiradas da internet, principalmente no que se refere ao site do Ministério da Educação e Cultura.

De acordo com Lakatos e Marconi (1991), através da pesquisa bibliográfica o pesquisador tem contato direto com fontes teóricas, sendo ele capaz de ampliar o seu conhecimento sobre determinado tema.

A pesquisa foi de cunho descritivo e qualitativo. Para Trivinos (1997) uma pesquisa é descritiva quando ela é capaz de apresentar, descrever fatos e acontecimentos de uma realidade distinta. É considerada pesquisa qualitativa porque como diria Minayo (2003) não mostra dados numéricos, mas a compreensão de um grupo social, de uma organização ou instituição.

1 EDUCAÇÃO INFANTIL E A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), o atendimento a criança no âmbito institucional brasileiro, surgiu da necessidade de atender crianças de baixa renda em creches e pré-escolas. Apesar do grande número de crianças para serem atendidas, havia precariedade de recursos financeiros, carência de materiais, poucos professores capacitados, tornando o atendimento assistencialista e precário.

Constituir-se em um equipamento só para pobres, principalmente no caso das instituições de educação infantil, financiadas ou mantidas pelo poder público, significou em muitas situações atuar de forma compensatória para sanar as supostas faltas e carências das crianças e de suas famílias. A tônica do trabalho institucional foi pautada por uma visão que estigmatizava a população de baixa renda. Nessa perspectiva, o atendimento era entendido como um favor oferecido para poucos, selecionados por critérios excludentes. A concepção educacional era marcada por características assistencialistas, sem considerar as questões de cidadania ligadas aos ideais de liberdade e igualdade. (p. 18).

A educação infantil foi inserida no sistema regular de ensino através da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional – LDB, em seu capítulo II, seção II, art. 29, sancionada em 20 de dezembro de 1996. Propõe como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os 06 (seis) anos de idade, em seus aspectos: físico, psicológico, intelectual e social. Cabe a família e a sociedade complementar a ação da escola.

Com a legalidade da Educação Infantil, o atendimento educacional passou a ser preconizado, dando ênfase não só aos cuidados com alimentação, higiene, guarda e proteção, mas também ao desenvolvimento social e educativo. O vínculo das creches e pré-escolas ao sistema educacional de ensino busca superar a segregação e a exclusão mantidos pelo atendimento assistencialista.

Apenas os aspectos legais não são suficientes para superar o atendimento assistencialista. É necessário o reconhecimento das concepções de infância, a identificação das teorias do desenvolvimento e da aprendizagem. Sobretudo identificar o papel da sociedade, da família e da escola, mediante uma educação que se identifique de qualidade voltada para o desenvolvimento social, cultural, emocional, afetivo, cognitivo, psicológico, motor e físico da criança.

A LDBEN, Nº 9394/96, ressalta no seu art. 30, capítulo II, seção II que: "A educação infantil será oferecida em: I - creches ou entidades equivalentes para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos".

Referente a educação especial e a educação infantil a LDB (1996) , no seu capítulo V, Da educação especial, parágrafo 3º, determina que: "A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil".

Com a LDB/96, a educação infantil torna se universal e ganha caráter sócio-educativo, ao enfatizar que independente da classe social, credo, religião ou cultura toda criança possui direito a educação. Neste contexto vai surgir a preocupação com o trabalho das diferenças, sendo a educação inclusiva primordial para garantir o acesso e a permanência da criança na escola, não apenas na educação infantil, mas nas séries que se seguem.

De acordo com Araújo (2010) a Educação Infantil se encontra organizada da seguinte maneira: "Creche (berçário): de 4 a 18 meses de idade; Maternal: de 2 a 3 anos; Classe de 4 anos (1.º período ou jardim I); Classe de 5 anos (2.º período ou jardim II)" (p. 3).

Bencini (2003) faz referências aos aspectos do desenvolvimento da criança na educação infantil ao afirmar que:

A escola é o lugar que todas as crianças devem ter as mesmas oportunidades, mas com estratégias de aprendizagem diferentes. As crianças são o resultado de suas experiências e para compreender seu desenvolvimento é preciso considerar o espaço em que elas vivem, a maneira e como constroem significados, (p. 39).

Se a escola é o lugar onde as crianças devem ter oportunidades iguais, mas, com estratégias diferentes, adequadas as suas realidades e necessidades, é necessário que elas sejam consideradas como seres em desenvolvimento sejam elas com deficiência ou não.

1.1 O processo de inclusão no cenário brasileiro

É necessário entender o processo de inclusão no contexto brasileiro. Se hoje vários profissionais educadores, sociólogos, psicólogos, políticos, historiadores entre

tantos outros, buscam a prática da inclusão é porque estão tentando superar o processo de exclusão desenvolvidos até a atualidade.

O processo de inclusão de acordo com Mendes (2006) começou a ser vivenciado no século XVI. Nesta época as pessoas que possuíam deficiências deveriam ser separadas das demais ditas “normais”. Asilos e manicômios eram os lugares indicados para estas pessoas. Os deficientes eram considerados como seres sem capacidade de se desenvolverem. Acreditava-se na correção da deficiência. Com o avanço científico e tecnológico pedagogos e médicos passaram a acreditar no desenvolvimento dessas pessoas, o foco do trabalho com os deficientes, passou da deficiência para o trabalho com as potencialidades.

A partir desse momento começou a ser entendido que as pessoas com deficiência poderiam se desenvolver, sendo criado a partir dos anos 80, as chamadas classes especiais, nas escolas regulares.

De acordo com a Secretaria de Educação especial (2006) no final do século XX surgiu a educação inclusiva com o intuito de unificar o ensino regular e o ensino especial. A Declaração de Salamanca foi uma das propulsoras para o surgimento da escola inclusiva.

Em 1994, a Declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras” (p.330).

Nota-se que a Declaração de Salamanca mostra uma preocupação para com todos os grupos de excluídos, incluindo nesses as pessoas com deficiências.

Apesar dos vários documentos existentes como a LDB, a Declaração de Salamanca, o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre tantos outros, a luta pela tão chamada inclusão está apenas começando a ser vivenciada. Cabe a cada pessoa da sociedade, lutar para que as práticas inclusivas aconteçam.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial (1994), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo, promover o acesso do educando com deficiência nas classes regulares de

ensino, favorecendo o seu desenvolvimento nas áreas: pedagógica, emocional, afetiva, social, física e motora.

Para a consecução de seus objetivos, a Política Nacional de Educação Especial (1994) propõe várias ações, entre elas: acesso à educação especial/e ou inclusiva através de diferentes metodologias de ensino a partir da educação infantil até o ensino superior e profissional, atendimento educacional especializado; capacitação de professores para o trabalho educacional especializado e para trabalhar com as práticas inclusivas; requisição e acompanhamento de políticas públicas, capazes de mobilizar a sociedade e propor recursos financeiros, pedagógicos e tecnológicos para a vivência da educação inclusiva, promoção da participação da família e da comunidade, garantia de acessibilidade arquitetônica como rampas, mobiliários, sanitários, telefones e meios de transportes adaptados.

O Ministério da Educação e Cultura - MEC através da mediação da Secretaria de Educação Especial-SEESP, promove uma política com o intuito de integrar as crianças com necessidades especiais ao sistema educativo, promovendo a inclusão desses alunos na educação infantil.

1.2 Prática do professor na educação infantil e a educação inclusiva

De acordo com Política Nacional de Educação Especial (1994), a prática do professor que exerce a educação inclusiva, conota a ideia, de que a heterogeneidade deve ser respeitada e trabalhada, a fim de, que todos os alunos se desenvolvam. Para a sua atuação na educação inclusiva, os educadores devem considerar a sua habilitação e a sua formação continuada a fim de alicerçar teoria e prática.

De acordo com Cartolano (1998, p.6):

O profissional que trabalha com educação especial deve ser, em primeiro lugar, bom professor: qualificado, dono de um saber reconhecido socialmente, e competente no seu métier. Além disso, há de ser também um profissional voltado para as práticas sociais vigentes, dotado de uma consciência lúcida de sua realidade histórica e dos problemas dela emergentes. Somente dessa maneira poderá contribuir para a diminuição da segregação e da exclusão dos diferentes pela sociedade capitalista moderna.

O professor é um dos principais agentes na educação inclusiva. De nada adianta ele ser um conhecedor de diferentes técnicas e estratégias de ensino se ele

não conhece as diferenças existentes na sala de aula. Trabalhar as diferenças requer estudo e qualificação por parte dos profissionais da educação, principalmente no que se refere ao professor.

Referente ao perfil do professor na educação infantil o Documento introdutório ao Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) afirma que:

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação. (p. 19-20).

A globalização permite o acesso as informações cada vez mais rápida, exigindo assim professores que saibam lidar com as diferentes tecnologias e com os diversos problemas existentes no âmbito escolar. No que se refere a educação, estes podem encontrar barreiras de ordem social, econômica, afetiva, e organizacional.

Desta forma a prática do educador na escola inclusiva, requer cada vez mais um profissional conhecedor de diferentes assuntos e estratégias de ensino. Outra questão importante é entender o processo evolutivo da criança com base nos descritos de estudiosos e pensadores como Vygotsky, Piaget, Ferreiro, Wallon entre outros.

Reconhecer o processo de desenvolvimento da criança é necessário porque ela passa por etapas de desenvolvimento: motor, físico, cognitivo, emocional e afetivo. Identificar e analisar essas etapas é necessário para a elaboração das estratégias de ensino a serem utilizadas no processo educativo.

Cartolano (1998, p.16) faz críticas a formação profissional do educador. Segundo este autor:

Queremos deixar claro que o profissional que estamos formando não deve ser um mero aplicador de métodos e técnicas de ensino nem alguém que irá trabalhar somente com crianças excepcionais. Ao contrário, ele deve ser preparado, através de uma formação inicial básica e comum aos demais

profissionais da educação, para atuar não só em classes do ensino regular, frequentadas ou não por alunos com as chamadas "necessidades especiais", mas também em escolas especiais - instituições especializadas - e em classes especiais. Como deve acontecer em todo trabalho pedagógico, esse professor precisa ter sempre postura de busca, de análise da sua prática pedagógica, para reformulá-la quando necessário e quando as circunstâncias o exigirem. Deve estar sempre aberto a fazer revisões no seu referencial teórico, de modo a acompanhar o desenvolvimento das ciências e as descobertas da tecnologia para seu campo de atuação.

O educador não deve contentar-se com sua formação inicial. Ele deve buscar seu aperfeiçoamento constantemente através de leitura e formação continuada. Ele deve estar apto a trabalhar com todas as necessidades apresentadas por seus educandos.

De acordo com a LDBEN 9394/96, a educação infantil deve propor o desenvolvimento do educando nos seus aspectos: físico, psicológico, intelectual, social e cognitivo. Este desenvolvimento acontecerá mediante a prática pedagógica do professor.

Nesta perspectiva, Araújo (2010), salienta que o professor deve ter a seguinte concepção:

considerar a criança como um ser social, interativo, produtor do próprio conhecimento, partindo de situações vivenciadas, dentro e fora da escola; respeitar a diversidade cultural e a pluralidade brasileira, considerando a criança como pessoa singular com características próprias (2010, p.3).

Cada criança possui uma realidade e necessidades diferentes, o educador deve saber identificar e trabalha-las para que seus alunos se desenvolvam de forma satisfatória, tenham eles alguma deficiência ou não.

1.3 Contribuição de alguns teóricos

O desenvolvimento do ser humano é explicado de acordo com fatores psicológicos, sociais, emocionais e hereditários. Estes são bastantes notados na educação infantil através das diferentes teorias e métodos de ensino. Cada concepção e cada teoria promove uma maneira de explicar o desenvolvimento dos alunos desde pequeninos. Identifica-las e entende-las significa reconhecer que todo

ser humano possui potencial a ser desenvolvido seja ele portador de deficiência ou não.

A LDBEN 9394/96 ao afirmar que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, propõe a este segmento de ensino identidade e objetivos próprios. Ela prevê que a criança deve ser respeitada de acordo com seu tempo, suas necessidades e a fase de desenvolvimento na qual se encontra.

De acordo com Menezes e Munhoz (2009) as concepções de desenvolvimento e aprendizagem determinaram as práticas do ensino aprendizagem no século XX. Desse modo, os métodos de ensino utilizados atualmente são embasados de acordo com as teorias de ensino e com as concepções de desenvolvimento criadas ao longo dos anos.

Essas autoras citam em especial os estudiosos Piaget, Wallon, e Vygotsky. Piaget é defensor e criador da Psicologia do desenvolvimento. Ele defende a teoria sócio-construtivista, onde a criança desenvolve-se em interação com experiências estimuladoras. Os estágios de desenvolvimento segundo esse pensador são: estágio sensório-motor (do nascimento aos 2 anos); estágio pré-operatório (dos 2 aos 6 anos); estágio operatório-concreto (dos 7 aos 11 anos) e estágio operatório-formal (dos 11 aos 16 anos). O aluno passa pelos processos de assimilação e acomodação. Assimilação é como a criança vai receber as informações, e a acomodação refere-se como esta informação vai ser acomodada no seu cérebro juntamente com as informações que já possui, formando novos conhecimentos.

Vygotsky defende a teoria Sócio-histórica, onde a cultura que a criança possui deve ser valorizada. Ele é adepto ao interacionismo onde valoriza a linguagem e a comunicação. O meio social é fator importante no desenvolvimento do indivíduo, sendo que este acontece necessariamente pela aprendizagem da linguagem. A aprendizagem da linguagem ocorre pela imitação da criança.

De acordo com Rego (2002, p.8)

Em síntese, nessa abordagem, o sujeito produtor de conhecimento não é um mero receptáculo que absorve e contempla o real nem o portador de verdades oriundas de um plano ideal; pelo contrário, é um sujeito ativo que em sua relação com o mundo, com seu objeto de estudo, reconstrói (no seu pensamento) este mundo.

Para Vygotsky a cultura deve receber atenção especial, fazendo com que o aluno se sinta parte da mesma. Os estágios de desenvolvimento nesta teoria são

defendidos pela zona de desenvolvimento real, zona de desenvolvimento potencial e zona de desenvolvimento proximal. A zona de desenvolvimento real, é aquilo que a pessoa sabe, onde é capaz de usar seu conhecimento de forma autônoma. A zona de desenvolvimento potencial é aquilo que a pessoa é capaz de aprender com o auxílio de outras pessoas. A zona de desenvolvimento proximal é a distância entre o nível real e o potencial. Vygotsky enfatiza o lúdico, como essencial no desenvolvimento das crianças.

Speroni (2008) cita que os estudos de Vygotsky são essenciais para o entendimento da educação inclusiva.

Com o surgimento dos pressupostos teóricos de Vygotsky, a comunidade científica passa a conceber uma nova abordagem para compreender os sujeitos com necessidades específicas e as estratégias que podem ser utilizadas para seu processo de ensino-aprendizagem. Sob essa perspectiva sócio-histórica que surge o paradigma da educação inclusiva, que supera a integração e compreende ser imprescindível o acesso aos bens culturais por todos os sujeitos indistintamente. Desse modo, como a escola é local onde se institucionaliza o saber, caberia a esses indivíduos frequentar, porque não, o ensino regular. *(on-line)*

Wallon defende a teoria psicológica genética. O desenvolvimento nesta teoria passa por cinco estágios. São eles: impulsivo e emocional de 0 a 1 ano; sensório motor e projetivo de 1 a 2 anos; personalismo de 3 a 6 anos; pensamento categorial de 6 a 11 anos e o estágio da puberdade e adolescência que vai dos 6 a 11 anos. Segundo Wallon (1968) para que o desenvolvimento ocorra é necessário considerar a emoção, a afetividade, a motricidade, o psíquico, o biológico e o social. Desse modo, a construção do conhecimento acontece em detrimento das ações físicas e mentais sobre o objeto.

Reconhecer as diferentes teorias e teóricos do ensino é condição necessária para a prática eficaz do educador infantil. Isso significa uma oportunidade do professor aperfeiçoar a sua prática docente. Através delas, os educadores são capazes de reconhecer o nível e o estágio de desenvolvimento dos seus alunos, com o propósito de propor atividades de acordo com a realidade e necessidades de cada um.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA X ENSINO ESPECIAL

A educação especial vem sendo construída historicamente, inicialmente foi considerada através de práticas discriminatórias, que permeiam até os dias atuais na sociedade brasileira. Se inicialmente os acontecimentos eram explicados através de procedimentos empíricos, atualmente são identificados, analisados e compreendidos por fatores científicos. Mediante aos progressos da tecnologia, da medicina, da pedagogia, buscou-se e está buscando analisar a pessoa em seus diversos aspectos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's (1998) traz o seguinte enfoque sobre referente a educação inclusiva:

A Escola Inclusiva é uma tendência internacional deste final de século. É considerada Escola Inclusiva aquela que abre espaço para todas as crianças, abrangendo aquelas com necessidades especiais. O principal desafio da Escola Inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, sem discriminação, respeitando suas diferenças; uma escola que dê conta da diversidade das crianças e ofereça respostas adequadas às suas características e necessidades, solicitando apoio de instituições e especialistas quando isso se fizer necessário. É uma meta a ser perseguida por todos aqueles comprometidos com o fortalecimento de uma sociedade democrática, justa e solidária. (p.36)

Durante muitos anos a educação especial foi realizada paralelamente ao ensino comum. Um bom exemplo eram as APAEs – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, onde possibilitavam o atendimento aos alunos com deficiências, apenas em seu território. Assim não era feito um trabalho conjunto entre estes estabelecimentos e o ensino regular. Isso acontecia porque era salientada apenas a deficiência que o aluno possuía e não as suas potencialidades. Desse modo, a preocupação era voltada em resolver a “deficiência” que o aluno possuía com isso os aspectos pedagógicos ficavam esquecidos.

Sabadim (s.d.) faz referências ao contexto da inclusão ao afirmar que:

[...] quando falamos de Inclusão em Educação, estamos nos referindo a um processo que, além de investir na modificação do aluno, impõe essencial atenção à modificação do contexto escolar (projeto pedagógico, objetivos educacionais, conteúdo, método de ensino, processo de avaliação, acessibilidade, métodos de comunicação e outros). De forma que esse contexto se ajuste e se modifique, fazendo com que esse aluno possa funcionar e ser bem sucedido no processo de aprendizagem, apesar das possíveis limitações por ele apresentada. (p.7)

Sabadim (s.d.) faz menção aos métodos de comunicação ao contexto inclusivo. Referindo a esta temática é necessário ressaltar os alunos surdos, onde a educação inclusiva preconiza que eles participem da educação bilíngue, ou seja, que eles possam ser capazes de comunicar na sala de aula com a ajuda de um intérprete, este fala a língua oral e reproduz o que a professora diz através da LIBRAS. A LIBRAS é considerada a língua oficial dos surdos, para que eles se desenvolvam eles vão ter que apropriar-se tanto da LIBRAS quanto da língua portuguesa escrita.

Outra questão voltada aos meios de comunicação, na educação inclusiva volta-se para o método Braille, desenvolvido para os alunos cegos. O referido método possibilita a comunicação escrita entre a pessoa cega e os diversos tipos de textos.

Nota-se que o trabalho do ensino especial com o da escola inclusiva são atividades distintas, mas que se completam. Nesta perspectiva Mendes (2006) afirma que não existe uma escola inclusiva sem o trabalho do professor do ensino especial, ou seja, é necessário que exista uma parceria entre os profissionais tanto da escola regular quanto do ensino especial.

2.1 Identificando as diferentes necessidades especiais

Vygotsky chama de “novo ponto de vista” o que temos chamado de um “novo olhar” para as limitações e possibilidades das pessoas com necessidades, insiste que a validade social e a finalidade da educação devem está voltadas para o desenvolvimento do aluno.

A política Nacional de Educação Especial (1994) propõe as diferentes necessidades especiais encontradas.

[...] considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial

elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. (p.15).

Identificar e analisar as diferentes deficiências é condição necessária para que o educador desenvolva sua prática. Cada necessidade apresentada requer diferentes estratégias e técnicas de ensino.

As necessidades especiais são classificadas em três grupos: deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nesta perspectiva Carneiro (1998, p.41) mostra a seguinte definição:

a) Portadores de Deficiência Auditivos, Visuais (sensorial), Mental, Física, Múltipla; b) Portadores de Condutas Típicas (comportamentos típicos de portadores de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos com repercussão sobre o desenvolvimento e comprometimento no relacionamento social); c) Crianças de Alto Risco (aqueles que têm o desenvolvimento fragilizado em decorrência de fatores como: gestação inadequada, alimentação imprópria, nascimento prematuro, etc); d) Portadores de Altas Habilidades (também chamados de superdotados, são aquelas crianças que exibem elevada potencialidade em aspectos como: capacidade intelectual geral; acadêmica específica; capacidade criativa e produtiva; alta performance em liderança; elevada capacidade psicomotora; talento especial para artes).

Um aluno pode apresentar mais de uma deficiência, podendo ser definida de deficiências múltiplas.

2.2 O atendimento educacional especializado

A educação especial propõe o atendimento educacional especializado. Esse atendimento consiste em promover recursos e serviços a serem utilizados nas classes regulares de ensino. As atividades realizadas no atendimento educacional especializado não visam substituir aquelas realizadas nas salas de aula do ensino regular. Esse atendimento tem o objetivo propor aos alunos o exercício de sua autonomia, dentro e fora do contexto escolar.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial (1994) o atendimento educacional especializado tem como obrigação propor o trabalho com as tecnologias, enriquecer o currículo respeitando a cultura dos grupos sociais e

avaliar o processo educativo especial, sempre em comum acordo com a escola comum.

O Decreto 6.571 de 2008 define e propõe os objetivos do atendimento educacional especializado:

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. § 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. Art. 2º São objetivos do atendimento educacional especializado: I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

A criança que participa do atendimento especializado, possui o direito de frequentar as classes comuns de ensino, para tanto, o acesso de ambos não podem ser realizados no mesmo horário. Deve ser adaptado os horários para que em um turno o aluno receba atendimento especializado e no outro, participe das aulas na escola regular.

O Estatuto da Criança e do Adolescente faz referências ao Atendimento Educacional Especializado ao afirmar em seu art. 54, III, que: "É dever do estado assegurar à criança e ao adolescente (...) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino"

O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (1998), faz referências a vida escolar da criança na educação infantil, enfatizando que a comunicação é essencial no desenvolvimento da criança. Desse modo, esse documento afirma que:

O domínio progressivo das diferentes linguagens que favorece a expressão e comunicação de sentimentos, emoções e idéias das crianças, propiciam a interação com os outros e facilitam a mediação com a cultura e os conhecimentos constituídos. Incide sobre aspectos essenciais do desenvolvimento e da aprendizagem, engloba instrumentos fundamentais para as crianças continuarem a aprender ao longo da vida. (p. 46).

O atendimento educacional especializado deve ser oferecido para o surdo através da LIBRAS e do português. Assim, quando o aluno estiver na escola

comum, é necessário que se tenha na sala de aula um professor intérprete, que juntamente com o aluno conseguem se comunicarem. Mas, para que o aluno tenha um intérprete na sala de aula é necessário que desde criança ele já faça uso dessa língua. Referente aos educandos cegos, o atendimento educacional especializado, propõe o ensino através do método braile.

O atendimento Educacional Especializado deve ser trabalhado quando o aluno já está incluído. Assim atividades de higiene, que trabalham a locomoção e alimentação também devem ser vivenciados.

De zero a três anos, o atendimento educacional especializado é voltado para a área de saúde e assistência social, nesta fase, procura ser proposto, a estimulação precoce.

A estimulação precoce consiste no atendimento psicopedagógico de crianças que possuem deficiências e aquelas que apresentam fatores de risco. Os fatores de risco podem ocorrer, antes, durante ou após a gravidez. A estimulação precoce é oferecida nos Centros de Ensino Especiais para crianças de 0 a 3 anos de idade. Seu principal objetivo é estimular o desenvolvimento global da criança nessa faixa etária. A estimulação deve respeitar as potencialidades individuais de cada criança.

As atividades usadas na estimulação precoce devem ser oriundas de um planejamento. Elas devem ter objetivos próprios e bem definidos com o intuito de propor a criança, experiências significativas de aprendizagem adequadas a maturidade do cérebro e do sistema neural.

A estimulação precoce pode ser assim definida:

Conjunto dinâmico de atividades e de recursos humanos e ambientais incentivadores que são destinados a proporcionar à criança, nos seus primeiros anos de vida, experiências significativas para alcançar pleno desenvolvimento no seu processo evolutivo. (DIRETRIZES EDUCACIONAIS SOBRE ESTIMULAÇÃO PRECOCE, 1995, p.11)

Para a realização desse planejamento, o professor deve contar com auxílio de pessoas especializadas como fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos, neurologistas, terapeutas entre outros. Isso porque é necessário um trabalho conjunto entre diversos profissionais da saúde e o professor. Nesse processo o professor é o mediador entre as atividades e a criança.

As Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce (1995) ressaltam que ela deve ser realizada em locais adequados, com mobiliário e materiais pedagógicos adaptados para trabalhar a deficiência da criança.

A Estimulação Precoce está inserida em duas modalidades: unifocal e multifocal. Na unifocal, o destaque é para a criança que vai ser estimulada, através de atividades e recursos eficazes. Na modalidade multifocal, as atividades a serem trabalhadas se relacionam com outras áreas: educação, assistência social, família e saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que a inclusão na educação infantil possa ser vivenciada é necessário colocar em prática a legislação que garante o trabalho e o respeito para as diferenças. Distintas metodologias e estratégias de ensino devem ser priorizadas através da prática do professor que vise trabalhar as potencialidades dos educandos infantis.

O ensino não pode ser apenas assistencialista, pois deve promover para a criança desde pequena, oportunidades para que ela desenvolva seus aspectos globais: físico, motor, cognitivo, psicológico, social e afetivo.

O problema desta pesquisa mostrava as seguintes perguntas: Que práticas educacionais dificultam ou auxiliam a inclusão de crianças com deficiência na educação infantil? Como está sendo realizado o processo de inclusão? E a estimulação precoce, como deve ser trabalhada e vivenciada, com o propósito de garantir o desenvolvimento das crianças que possuem deficiência?

Respondendo a esta temática pode se dizer que as práticas que dificultam a inclusão de crianças com deficiência na educação infantil estão intimamente ligadas ao processo sócio-histórico da inclusão que é marcado pela exclusão e segregação.

Referente a estimulação precoce ela deve ser trabalhada com o intuito de desenvolver as potencialidades das crianças. O professor mediante a estimulação precoce possui o papel de mediador das atividades. Para tanto ele deve ser um leitor das diferentes deficiências, bem como deve propor um trabalho conjunto com diferentes profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas, entre outros.

A relação entre família e escola também é necessária, no processo de inclusão. A educação voltada para as diferenças deve ser dividida entre a família e profissionais.

A inclusão da criança na educação infantil demonstra que as barreiras arquitetônicas e de manutenção de recursos devem ser quebradas em busca de ambientes favoráveis a aprendizagem dos diferentes alunos. Rampas, aparelhos tecnológicos adaptados, materiais pedagógicos, locomoção e vários outros itens devem ser disponibilizados para que a referida inclusão seja vivenciada.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vera Maria Paixão de. **Manual do professor. Educação Infantil.** 1ª ed. Belo Horizonte: Educacional. 2010.

BENCINE, Roberta. **Cada um aprende de um jeito.** In: Nova Escola. São Paulo: Abril, ano XVIII, n. 159, jan./fev./2003, p. 38-40.

BRASIL. Ministério da Educação. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei no 8.069/90**, de 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA-SP, 1991.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília, 1994.

_____. **Diretrizes educacionais sobre estimulação precoce: o portador de necessidades educativas especiais/Secretaria de Educação Especial - Brasília: MEC, SEESP, 1995.**

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBEN, Lei Nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – RCNEI.** Ministério da Educação e do desporto, Secretaria de Educação Fundamental/Brasília: MEC/SEF, v. 3, 1998.

_____. **Documento introdutório ao Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Ministério da Educação e do desporto, Secretaria de Educação Fundamental Coordenação Geral de Educação Infantil/Brasília: MEC/SEF Vol 1. 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. ***Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais.*** Brasília, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação.** Brasília: MEC, SEB, 2006.

_____. Ministério da Educação. *Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 6.571*, de 17 de setembro de 2008.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. **Formação do educador no curso de pedagogia: A educação especial.** Cad. CEDES v.19 n.46, Campinas Set. 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-graduação em Educação Especial Revista brasileira de Educação v.11. n.33 set./dez. 2006

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. MUNHÓZ, Maria Alcione. **Alternativas metodológicas para alunos com Déficit Cognitivo**. Curso de graduação em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de surdos. 3º módulo. Universidade Federal de Santa Maria. 2009

MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003

PORTAL DO EDUCADOR. 2004. Disponível em: <http://www.conteudoescola.com.br/site/content/view/68/51/>. Acesso 16 de junho de 2010.

REGO, Teresa Cristina. 1999. **Vygotsky: uma perspectiva Histórico-Cultural da Educação**. Rio de Janeiro, Vozes, 138 p.

SABADIM, Carina. **Educadores e a Escola Inclusiva**. Faculdades Integradas UNIVEM. Rio Grande do Sul. [s.d.].

SPERONI, Karine. Sefrin. **A Política Nacional de Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008): considerações sobre as facetas do novo paradigma**. Junho de 2010. Disponível em <www.partes.com.br/educacao/politicanacionaldeeducacao.asp>. Acesso em 28 de dezembro de 2010.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo da Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1997